

Temer quer roubar tua aposentadoria! Dia 5 vamos parar o Brasil

O dia 5 de dezembro promete ser mais um dia histórico da classe trabalhadora brasileira. Véspera da possível votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados – embora o governo já admita a possibilidade de adiamento por não ter os votos de que precisa –, essa data será momento da terceira Greve Geral de 2017. Nossa tarefa é parar o Brasil para barrar os ataques de Temer.

Chamada pelas Centrais Sindicais, a Greve Geral terá a adesão dos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina, definida nesta semana em Assembleia Geral. As atividades de mobilização para o dia já começaram, com a passagem de diretores do Sintrajusc pelos locais de trabalho. Na terça-feira, o Ato Unificado será às 16 horas no Centro da Capital.

No interior do estado, os colegas devem se organizar em suas unidades de trabalho ou junto às demais categorias para ampliar e dar visibilidade à mobilização. Quem deseja vir a Florianópolis no dia 5 para participar das atividades pode entrar em contato com Luci no Sindicato (48-32224668).

ARTICULAÇÃO DA REFORMA

O governo de Michel Temer (PMDB) está empenhado em votar ainda em 2017 a reforma da Previdência que acaba com o direito à aposentadoria de milhões de brasileiros.

Ironicamente, trata-se de uma reforma articulada por figuras políticas que se aposentaram antes dos 60 anos e agora querem estabelecer como idade mínima para aposentadoria 65 anos para homens e 62 para mulheres – na prática, porém, boa parte dos brasileiros não conseguirá aposentar-se caso a reforma seja aprovada.

O próprio Temer é um exemplo claro dessa situação: aposentou-se aos 55 anos e tem rendimentos brutos de mais de R\$ 45 mil – recebe R\$ 30 mil brutos para não ultrapassar o teto. Outras figuras de destaque na articulação do governo em torno da reforma, os ministros Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Henrique Meirelles, da Fazenda, aposentaram-se, respectivamente, aos 53 e aos 57 anos.

Meirelles, aliás, construiu sua carreira – política, inclusive – vinculado aos grandes bancos. É o principal representante do sistema financeiro no governo Temer. E é justamente o sistema financeiro quem mais vai ganhar com uma possível aprovação da reforma.

Há dois grandes objetivos claros na proposta que o governo tenta impor à sociedade: “economizar” para aumentar o pagamento dos juros e amortizações da dívida e acabar com a Previdência pública, fortalecendo os planos de previdência privada. Nos dois casos, os beneficiários da reforma são os banqueiros e

especuladores. Pelo lado dos trabalhadores, a arma que temos é a mobilização. Por isso é fundamental que, no dia 5, repitamos o 28 de abril, quando construímos a maior Greve Geral da história do país. Para barrar a reforma da Previdência e encerrar o governo, cada trabalhador deve

conversar com amigos, colegas de trabalho e familiares e convencê-los da necessidade de parar o país no dia 5 de dezembro e mostrar ao governo e aos parlamentares que não vamos aceitar que acabem com mais direitos. *Com informações do Sintrajufe*

Justiça suspende propaganda do governo

A Justiça Federal do Distrito Federal determinou nesta quarta-feira que a peça de propaganda da reforma da Previdência cujo mote é “Combate aos Privilégios” seja suspensa “nas mais diversas mídias e suportes em que vêm sendo publicadas”, sob pena de multa diária de 50.000 reais.

A decisão da juíza federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho, da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, é liminar e atendeu a um pedido da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Na propaganda, o governo de Michel Temer (PMDB) afirma que “tem muita gente no Brasil que trabalha pouco, ganha muito e se aposenta cedo” e que “com a reforma, servidores públicos ou não terão regras equivalentes”.

A juíza federal Rosemayre Carvalho concordou com a reclamação e classificou a campanha como “genuína propaganda de opção política governamental que objetiva conduzir a população à

aceitação da reforma da previdência, tal como idealizada pelo Executivo”. “Para tanto, lançou-se mão de recurso publicitário com mensagem que, aparentemente, refoge aos vetores definidos constitucionalmente, notadamente por usar como recurso de convencimento a desqualificação de parte dos cidadãos brasileiros, unicamente por integram a categoria de servidores públicos”, afirma a magistrada.

A juíza ressalta que a propaganda mostra apenas a visão do governo “sobre aquela que, certamente, será uma das reformas mais profundas e dramáticas para a população brasileira” e que, além de “de nada informar”, “propaga ideia que compromete parcela significativa da população com a pecha de ‘pouco trabalhar’ e ter ‘privilégios’, como se fosse essa a razão única da reforma”.

Ainda conforme a magistrada, a campanha “leva a população brasileira a acreditar que o motivo do déficit previdenciário é decorrência exclusiva do regime jurídico do funcionalismo público”.



